



ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE EMBU-GUAÇU

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala do CMDCA, situada na Rua Independência, nº 357, Centro de Embu-Guaçu, realizou-se a reunião ordinária do Conselho. A presidente, Fernanda Ferreira, iniciou a Reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, foi realizada a leitura da ata da reunião anterior para apreciação e aprovação dos presentes. Durante a leitura, a conselheira Maria Lúcia solicitou uma observação em sua fala sobre a contratação das frentes de trabalho ela explana que na acolhida entre gestores e prefeito, sugeriu-se a possibilidades de os gestores fazerem uma pesquisa e entrevista com pessoas da comunidade para trabalharem como frente de trabalho e acolherem as crianças atípicas dentro da unidade escolar dando mais segurança ao gestores por saberem que as pessoas contratada estariam consciente sobre o trabalho. Após a devida ressalva, a ata foi aprovada e a reunião seguiu com a leitura da resposta dos ofícios encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação. Os ofícios em questão tratava da regularização dos AVCBs e da fiscalização do transporte escolar. Durante a discussão, foi levantada a questão sobre o período vigente das vistorias, que aparentemente estava fora do prazo. Ficou sugerido o encaminhamento de um novo ofício solicitando os documentos que comprovem a última vistoria realizada. A presidente Fernanda Ferreira informou que, em conversa com a responsável pelo transporte escolar, foi questionado sobre o laudo referente a um ônibus da empresa contratada que sofreu um acidente no final do ano de 2024. A responsável informou que o laudo ainda não foi emitido. Também foi abordado o protocolo necessário para que as crianças utilizem o transporte escolar. Na última reunião, foi levantada a questão da falta de tempo hábil para a emissão desse protocolo. No entanto, a responsável afirmou que a data não pode ser alterada, pois em ocasiões anteriores isso gerou transtornos, e a definição foi acordada em reunião. Dando continuidade, a diretora da Escola Estadual, Sra. Adriana, expressou sua preocupação com o ônibus municipal, que está realizando a rota escolar de forma parcial, prejudicando a frequência dos alunos. Foi sugerida a busca por alternativas para solucionar essa situação. Durante a reunião, chegou a informação de que os ônibus da rota própria do município não passaram por fiscalização, enquanto os da empresa contratada foram vistoriados no segundo semestre de 2024, mais especificamente no dia 30 de setembro. Em ato contínuo, foi apresentada ao Conselho a resposta ao ofício referente à denúncia sobre a Escola Municipal Pedro Antônio, informando que a unidade está na lista de prioridade para reforma. A conselheira Gisele relatou a situação da fossa da Escola Antônio Lucas, que, segundo denúncia feita ao sindicato, está transbordando. O conselheiro Maurício Morando informou que as escolas estão sem papel higiênico. Ele também comentou sobre o ônibus escolar que estava quebrado, deixando de realizar a rota, solicitando ao Conselho que busque informações sobre o período em que o veículo ficou sem atender o bairro Santa Fé. A reunião prosseguiu com a discussão sobre o convite ao Setor Pedagógico, que novamente não compareceu. A conselheira Márcia justificou a ausência do mesmo e apresentou o planejamento para 2025. Ficou acordado que o setor será convidado mensalmente para expor o desenvolvimento das ações pedagógicas ao Conselho. Em seguida, a conselheira Márcia explanou item por item as ações já realizadas pelo setor, bem como o planejamento para o ano de 2025. A conselheira Vanessa questionou o planejamento da Educação Infantil e sugeriu que, nas formações, além da participação do coordenador, também haja um professor multiplicador. Aproveitando o tema, a conselheira

Danussa Brito Mendes

Daniela Calvo

DB

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it, including one that appears to be 'FR'.



Elisângela abordou a regulamentação de um professor modular. Em ato contínuo, foi retomada a discussão sobre uma possível alteração no Plano de Carreira. Considerando a necessidade de um estudo aprofundado, a presidente e conselheira Elisângela sugeriram a realização de uma reunião específica para tratar desse assunto. Na palavra livre, a conselheira Elisângela mencionou o edital para contratação de coordenador e supervisor de ensino, ressaltando que não consta o requisito mínimo de "três anos de experiência", conforme estabelecido na Lei 130/2015, e sim apenas como consta na Lei 175/2022, ressaltando a importância desse requisito e de se seguir o Plano de Carreira. O conselheiro Maurício Morando sugeriu que seja solicitado um parecer jurídico sobre a questão. O conselheiro Morando também mencionou a existência de salas multisseriadas na Escola Antônio Lucas e, em conversa informal com a secretária Municipal de Educação Sra. Claudia Nunes, sugeriu a contratação de mais um professor para a sala em questão. Sem mais nada a acrescentar, a presidente agradeceu a participação de todos, encerrando a reunião.